**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO MUNICÍPIO DE PARANÁ – RN**

Raquel Míriam Fernandes

Graduanda de Pedagogia CAMEAM/UERN. E-mail: [raquelfr93@outlook.com](mailto:raquelfr93@outlook.com).

Maria Beatriz Fernandes

Graduanda de Pedagogia CAMEAM/UERN, bolsista PIBID/CAPES. E-mail: [beatrizfernandes98@hotmail.com](mailto:beatrizfernandes98@hotmail.com).

Soraia de Oliveira Lima

Graduanda de Pedagogia CAMEAM/UERN. E-mail: [soraiaoliveiralima75@gmail.com](mailto:soraiaoliveiralima75@gmail.com).

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo, investigar o processo de formação docente, no âmbito da educação inclusiva de crianças com necessidades educativas especiais, especificamente, de alunos com deficiência visual. Assumindo um caráter bibliográfico e de campo, com uma abordagem qualitativa. O campo de investigação será uma escola da Zona Rural no Município de Paraná RN. Tendo em vista a importância da formação específica dos profissionais de educação, o estudo trará discussões sobre a relevância de uma parceria mais eficaz nas escolas, para que as práticas inclusivas sejam mais frequentes e se estabeleçam para novas construções de ideias e fortalecimento do trabalho docente junto à profissionalização. Podemos constatar uma grande insatisfação da formadora ao expor a insuficiência da falta de formação específica para lidar com o grupo, que necessariamente, deveria ter um acompanhamento especializado, com o objetivo de favorecer um aprendizado adequado as peculiaridades evidenciadas na sala. É de suma importância que todo professor em sala de aula tenha conhecimento sobre o tema inclusão para que possam atender a todas a s crianças no intuito de garantir uma educação igualitária e de qualidade.

**Palavras chaves:** Formação. Inclusão. Educação.

**1 INTRODUÇÃO**

É de grande importância a formação docente, no seguimento ensino-aprendizagem de alunos que apresentem alguma necessidade educativa especial. Essa formação qualifica-os não apenas profissionalmente, mas também moralmente, garantindo que seja promovido um ensino igualitário e de qualidade, além de favorecer ao engrandecimento de uma educação pública voltada para o atendimento educativo especial.

Para atender a demanda de alunos com necessidades educativas especiais, é indispensável que se tenha profissionais qualificados prontos para atender a todos de forma similar. E que não desprezem as particularidades de cada aluno estando permanentemente persuadidos do papel que devem desempenhar em seus trabalhos, para que possam contribuir diretamente com o desenvolvimento e permanência da criança no meio social ao qual deve estar inserido.

A realização desse trabalho foi motivada por meio de uma proposta de pesquisa da disciplina Práticas Pedagógicas Programadas do curso de Pedagogia, UERN/CAMEAM e em particular, o interesse por um dos temas abordados: “a formação do profissional de educação no contexto da educação inclusiva”.

Posto isso, o objetivo desse estudo é investigar o processo de formação docente, no âmbito da educação inclusiva de crianças com necessidades educativas especiais, especificamente, de alunos com deficiência visual em uma escola de zona rural do município de Paraná/RN.

Com uma abordagem qualitativa, que se preocupa com eventos da sociedade que não podem ser quantificáveis (TRIVIOS, 1997). Utilizamos da pesquisa bibliográfica e de campo. Na pesquisa bibliográfica exploramos autores como: Sassaki (2002), Mantoan (2003), Glat (2007), Alonso (2013), que debatem sobre a importância de uma parceria mais eficaz nas escolas, para que as práticas inclusivas sejam mais frequentes e se estabeleçam para novas construções de ideias e fortalecimento do trabalho docente junto à profissionalização.

Na pesquisa de campo, utilizamos meios como a observação e questionário com perguntas abertas e semiabertas diretamente com a professora responsável pela turma escolar, no ano de 2015. É relevante salientar que a pesquisa de campo permite ao pesquisador a busca por informações direta com o objeto de estudo (TRIVIOS, 1997).

O levantamento dos dados se deu com uma professora de sala multisseriada (creche, pré e 1° ano) na zona Rural do município de Paraná no estado do Rio Grande do Norte, onde aplicamos um questionário contendo 6 (seis) perguntas abertas, afim de conhecer o processo formativo, a entrada do professor no âmbito educacional, a contínua formação desse profissional e entender como se deu o processo de alfabetização dos alunos com necessidades educativas especiais da sala.

Nesse processo de inclusão no âmbito escolar, são transformados os professores, a gestão, os colegas e a escola como um todo, tornando-os assim, integrantes de um modelo inclusivo de educação que beneficia completamente, quem liga-se no crescimento individual e coletivo do grupo ao qual convive (SASSAKI, 2002).

Nos tópicos que seguem, abordaremos a formação profissional baseada na educação especial e discutiremos os dados da pesquisa realizada, por meio de uma análise e alguns apontamentos sobre a investigação, e por fim, as considerações finais.

**2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL: IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A inclusão no âmbito educacional é o primeiro passo para a promoção de um ensino igualitário. Atualmente, um dos grandes desafios dos profissionais da educação, é a oferta desse ensino igualitário, pois, uma série de fatores estão condicionados a essa oferta, desde os recursos, o espaço escolar em si e a formação do professor. Fatores esses, que contribuem diretamente nessa inclusão.

Ao falarmos em formação profissional especializada, apontamos nossos olhares para uma prática eficaz validada em todo seu processo e contexto. O “Programa ensaios pedagógicos, Educação inclusiva: direito a diversidade”, realizado pelo MEC no ano de 2006, daria suporte as escolas através de uma coletânea de artigos de autores que discutem o tema e dão orientações aos educadores e gestores para realização de trabalhos que efetivem a participação de todos na escola, a partir do fortalecimento da formação baseadas no estímulo da política educacional inclusiva.

Alonso (2013) especialista em educação inclusiva, ressalta os resultados de algumas pesquisas realizadas, em que afirmam que os cursos de formação dos professores deixam lacunas que comprometem a prática quando as mesmas não vão de encontro as necessidades que os alunos apresentam. Ou seja, o saber fazer do professor não é levado em conta nos programas de atualização e diz que o professor deve ser visto como “protagonista” da sua condição.

Comenta Alonso (2013) que é preciso haver uma relação de transição de conhecimento entre os profissionais da educação especial com os professores de salas regulares. Claramente percebemos que para incluir o aluno de maneira correta é preciso uma formação especial para esses profissionais. Dessa forma, pensa Bueno (2009); que diz que, o professor da sala regular combinaria seu trabalho com o trabalho do especialista e traria um conhecimento mais profundo e uma prática mais sistémica, gerando assim melhores resultados.

Sabemos que essas propostas já foram apresentadas, mas as escolas ainda não conseguiram se organizar. Como por exemplo, essa educação já é proposta desde a LDB de 96, quando estabelece: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (LDB, n° 9.394/96 Art.58). Muitos falam sobre educação especial, mas nem sempre conhecem seu verdadeiro significado e para que não haja conflitos de interpretação, no artigo desta lei podemos compreender melhor o seu conceito.

Nessa mesma lei, diz que

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (LDB, n° 9.398/96 Art. 59, inciso III).

Na prática, a realidade é outra. Uma vez que, os professores em seu processo formativo, não foram capacitados para atender esses educandos com necessidades especiais. Muitas vezes, até estão em sala de aula, mas não são instruídos para isso. Além disso, tendo que trabalhar com um número expressivo de alunos, torna-se inviável proporcionar um ensino de qualidade e a atenção necessária ao aluno que precisa ser incluído no processo de formação educacional.

Mantoan (2003) diz que, questões voltadas ao dia a dia do educador em ensinar, precisam ser debatidas com mais frequência. Isto é, a atividade educacional precisa ser avaliada constantemente para adequar-se as necessidades que exigem os processos de transformação da escola, segundo Mantoan (2003, p.9): “aprendemos a ensinar segundo a hegemonia e a primazia dos conteúdos acadêmicos e temos, naturalmente, muita dificuldade de nos desprendermos desse aprendizado, que nos refreia nos processos de ressignificação de nosso papel, seja qual for o nível de ensino em que atuamos”. A verdade é que, é difícil sair da zona de conforto, queremos estabelecer um padrão de ensino e seguir esse padrão por anos consecutivos. A educação inclusiva quebra esse e qualquer padrão, pois é necessário desenvolver novos meios e técnicas, para que todos sejam incluídos de forma igualitária, para isso, o professor deve estar em constante atualização de suas práticas, garantindo sua didática seja a mais inclusiva possível.

O grande desafio da formação de educadores segundo Pletsch (2009), é o da produção de novas ideias que consigam compreender as situações mais difíceis encontradas na prática. Para Gatti (1996, et. al. PLETSCH, 2009) as diversidades regionais e socioeconômicas devem ser levadas em conta na formação profissional, e defende como de suma importância esses aspectos. Por se pensar em uma educação inclusiva deve se ver todas essas questões, pois elas terão uma grande influência no campo de aprendizagem.

Pletsch (2009, p. 8) explica que:

No Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reinvindicações em favor da educação inclusiva, vale destacar que, dentre os cursos de Pedagogia e de Pedagogia com habilitação em educação especial, poucos são aqueles que oferecem disciplinas ou conteúdos voltados para a educação de pessoas com necessidades especiais. Essa situação de carência no oferecimento de disciplinas e conteúdos vem ocorrendo apesar da exigência de um dispositivo legal pelo § 2º do artigo 24 do Decreto nº 3298, de 20 de dezembro de 1999. Além desse decreto, há também a portaria nº 1793/94, que recomenda a inclusão da disciplina ‘aspectos ético-político-educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais’ prioritariamente em todos os cursos de licenciatura.

Se a própria LDB (1996) no art. 59 ressalta a importância de formadores especialistas em educação especial, é necessário se pensar em um novo modelo de formação que favoreça a prática inclusiva desses profissionais, visando assim, uma melhor qualidade de ensino e uma inclusão efetivamente produtiva.

Segundo Glat (2007) para a escola ser realmente inclusiva ela deve estar preocupada com a formação de seus professores e ter um olhar transformador para que possa favorecer o desenvolvimento de todos, ou seja, colocar alunos com necessidades especiais em salas regulares, sem dar o apoio e a formação necessária aos profissionais, a tendência não será incluir, mas dificultar e negativar a ideia de inclusão, pois, afirma Glat (2007) que as formas tradicionais de ensino não possibilita a identificação das necessidades de aprendizagem.

Muitas dúvidas surgem no momento em que a escola recebe alunos com deficiência, dentre elas podemos citar, o medo, a angústia, a preocupação de como será feita atividades que atendam às necessidades dessas crianças, dentre outras.

A falta de experiência dos profissionais com a educação especial não é algo negativo, pois segundo Garcia (BRASIL, 2006 p. 12) o trabalho com crianças que possuem alguma limitação tem proporcionado experiências positivas, portanto não pode ser vista como um problema. Com a devida orientação e adaptação da escola, é possível promover um ensino igualitário, que desenvolve a interação entre todos os sujeitos, favorecendo para a constituição de cidadãos capazes de se posicionarem perante a sociedade (BRASIL, 2006).

É considerada cega pelo sistema educacional a criança que:

Não tem visão suficiente para aprender a ler em tinta, e necessitam, portanto, utilizar outros sentidos (tátil, auditivo, olfativo, gustativo e cinestésico) no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem. O acesso à leitura e a escrita dar-se-á pelo sistema braile. (BRASIL, 2006 p. 13).

No entanto, é preciso explicitar que a cegueira não impede a criança de desenvolver, existem outros sentidos do corpo que auxiliam esse aprendizado, cabe ao educador fornecer as mais variadas atividades que possam possibilitar essa aquisição de conhecimento, dando oportunidades para se desenvolverem, segundo Sassaki (2002, p.41)

É fundamental equipararmos as oportunidades para todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos.

Como a educação deve acontecer no ambiente escolar comum, é preciso repensar estratégias, infraestrutura e a própria formação; é necessário que a mesma oferecida pelas universidades, acompanhem os modelos escolares encontrados na sociedade atual, pois afirma Sassaki (2002):

“[...] A educação [das pessoas com deficiência] deve ocorrer no sistema escolar comum [...]. As medidas para tal efeito devem ser incorporadas no processo de planejamento geral e na estrutura administrativas de qualquer sociedade [...] (p. 118).

Dessa maneira, Sassaki sustenta a nossa afirmação, de que no processo de formação, é preciso que os profissionais sejam preparados para a promoção de uma educação inclusiva especial. Pois é no ensino regular que as crianças que possuem alguma limitação devem ser incluídas, do contrário, não estariam sendo incluídas, mas excluídas. Sendo assim, o docente deve estar preparado para desenvolver metodologias que promovam um ensino igualitário, atendendo as especificidades de cada indivíduo, porém, sem a devida capacitação é quase impossível pensar nesse ensino integrador, nesse ensino inclusivo.

**2.1 Formação do professor no âmbito da educação especial em uma escola de zona rural do município de Paraná/RN**

A professora questionada atua em uma sala com (17) dezessete alunos dentre eles, 3 (três) eram deficientes visuais, sendo 2 (dois) cegos e 1 (um) com baixa visão. A educadora tem 59 (cinquenta e nove) anos e atua a mais de 20 (vinte) anos, no ano de 1997 foi classificada no concurso público do município, há 19 (dezenove) anos ela desenvolve seu ofício como professora efetiva do município de Paraná. Concluiu o ensino superior no ano de 2012, em seguida fez pós-graduação em Psicopedagogia, concluindo no ano de 2015.

Segundo a docente, existem várias dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam nas salas com alunos especiais, dentre essas, ela destaca a falta de formação especifica que poderia subsidiar a atuação e expõe ainda, a falta de materiais característico para um melhor desempenho dos alunos. Ficando evidente, que apenas a graduação, ou até mesmo uma especialização, não é suficiente para subsidiar a prática de um profissional que precisa atender crianças com necessidades educativas especiais.

Isso já era destacado por Bueno (2009, p.16), quando relata que a “formação de professores das primeiras séries pelo ensino superior tem sido feita de forma a incluí-la como mero apêndice da formação do especialista, sem qualquer discussão mais aprofundada sobre os requisitos necessários para a melhor qualificação desses professores”. Ou seja, a graduação não é suficiente para atender a demanda do nosso sistema educacional, é necessário que o docente esteja realizando constantes atualizações. Pois, a nossa sociedade evolui a cada instante e sem esse processo contínuo de formação, o professor se torna ultrapassado sem condições de atender as necessidades educacionais dos sujeitos. Ainda mais, quando se tem de desenvolver metodologias que integrem alunos que possuem alguma limitação.

A professora salienta que os meios utilizados em sala se resumem na utilização do alfabeto móvel para que os alunos com deficiência visual identifiquem o formato da letra ao tocarem, além de materiais concretos para realizarem operações matemáticas. Outro elemento utilizado em sala segundo a docente, era a oralidade, permitindo que os alunos expusessem suas opiniões onde também era promovida rodas de histórias e produções orais, além de trabalhar com músicas. De acordo com ela, a busca por metodologias alternativas se dava por não conhecer o sistema braile e devido os problemas de saúde, não se encontra em condições de continuar estudando.

Comenta a professora, que a participação da família não foi frequente, no início do ano não queriam permitir que as crianças participassem por medo delas se machucarem, caírem, ou não conseguirem realizar as atividades que seriam propostas na sala. Segundo Garcia “o diálogo contínuo e a participação da família no projeto educacional são fatores preponderantes para o atendimento às necessidades específicas e o sucesso na inclusão das crianças com deficiência visual [...]” (BRASIL, 2006 p. 15) reforçando assim o papel da família junto ao professor para uma construção eficaz de conhecimento.

Segundo a educadora, as crianças se desenvolveram bem ao longo do ano, apresentando uma aprendizagem satisfatória e demonstraram interesse pelos conteúdos, principalmente, quando tiveram acompanhamento pedagógico específico na escola, dois dias por semana. Afirma Garcia que “ a deficiência visual por si só, não acarreta dificuldades cognitivas, emocionais e de adaptação social” (BRASIL, 2006 p.11). Porém, afirma que as formas que se dão a comunicação e interação são determinantes no processo de aprendizagem e adaptação.

As atividades eram realizadas no corredor da escola, por não haver uma sala própria para o atendimento especializado, pois apesar de serem incluídas no ensino regular, era preciso uma atenção específica para que cada uma pudesse se desenvolverem igualmente as demais. Para a educadora, é necessário que se tenha na própria formação, meios que contribuam para atuação do profissional em sala de aula, tendo em vista a realidade que as escolas apresentam.

A pesquisa nos permitiu novos olhares para a educação especial inclusiva e para a importância da formação do profissional da educação básica e especial em todos os seus aspectos, históricos, sociais, morais e culturais, que influenciam diretamente no processo de aprendizagem de alunos nas escolas públicas do município de Paraná. Podemos constatar uma grande insatisfação da formadora ao expor a insuficiência da falta de formação específica para lidar com o grupo, que necessariamente deveria ter um acompanhamento especializado com o objetivo de favorecer um aprendizado adequado as peculiaridades evidenciadas na sala.

**3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao desdobrar-se esse trabalho, procuramos de forma resumida esclarecer a importância que a formação do professor tem, visando o campo educacional voltado a área de educação especial inclusiva, destacamos a carência de profissionais especializados para atuarem e darem um novo sentido a inclusão social e escolar que a educação promove.

É de suma importância que todo professor em sala de aula tenha conhecimento sobre o tema inclusão para que possam atender todas as crianças no intuito de garantir uma educação igualitária e de qualidade.

Reconhecendo a relevância da formação profissional, notamos que por mais que alguns professores tenham anos de prática, ainda assim, sentem a necessidade de renovarem seus saberes e construir novos aprendizados que favoreçam o crescimento individual e coletivo no campo educacional de forma continuada. Percebemos a falta de atenção dos cursos formadores afim de capacitarem os profissionais para esse tipo de prática, ou seja, não só os professores devem se adequar, mas, a formação oferecida deve ser reformulada, pois existe uma demanda muito grande que necessita de atendimento para garantir seu direito a educação.

Concluímos que a educação inclusiva precisa muito mais do que professores especializados, mas que todos os professores sejam especialistas e estejam preparados para lhe dar com as realidades que as escolas apresentam, e para isso, é preciso garantir uma formação adequada e justa para os profissionais.

Por fim, ressaltamos a importância da realização deste trabalho, uma vez que nos possibilitou entender mais a fundo como se apresenta a formação dos professores no município no qual foi realizada a pesquisa e o papel transformador dos profissionais de educação que dedicam sua vida a construir novos saberes e a encaminhar crianças a sociedade de maneira igualitária.

**REFERÊNCIAS**

ALONSO, Daniela. **Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula.** Nova escola, 2013. Disponível em: <http://acervo.novaescola.org.br/politicas-publicas/palavra-especialista-educacao-inclusiva-desafios-formacao-atuacao-sala-aula-762299.shtml?page=4> Acesso em: 12/12/16.

BUENO, J. G. S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**. 2009; 3(5): 7-25.

BRASIL, MEC. **Atendimento educaional especializado:** deficiência visual. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf> Acesso em: 12/12/16.

BRASIL, MEC. **Ensaios pedagógicos:** educação inclusiva: direito a diversidade. Brasília, 2006. Disponivel em: <http://portal.mec.gov.br/images/revista_inclusao/ensaiospedagogicos2006.txt> Acesso em: 12/12/16.

GLAT, Rosana (org). **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. **Inclusão Escolar o que é? Por quê? Como Fazer?**1ª ed. São Paulo: Moderna, 2003.

PLETSCH, Márcia Denise. **Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental:** diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas. UERJ: Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp091710.pdf>>. Acesso em: 26 de Setembro de 2016. (Tese de doutorado)

SASSAKI, Romeu Kasumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 3ª edição. Rio de Janeiro: WVA, 1999, 174p.

TRIVINÕS, N.S. Augusto. **Introdução á pesquisa em Ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.